



Revista de Psicologia

ISSN: 2179-1740

revpsico@ufc.br

Universidade Federal do Ceará
Brasil

Fontes, Baruc; Cerqueira-Santos, Elder
Atitudes Sobre a Adoção: Variáveis Associadas à Aceitação e Oposição
Revista de Psicologia, vol. 14, e023022, 2023, Enero-Diciembre
Universidade Federal do Ceará
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.14.2023.22>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702177344022>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia



ATITUDES SOBRE A ADOÇÃO: VARIÁVEIS ASSOCIADAS À ACEITAÇÃO E OPOSIÇÃO

ATTITUDES ABOUT ADOPTION: VARIABLES ASSOCIATED WITH ACCEPTANCE AND OPPOSITION

Baruc Correia Fontes¹
Elder Cerqueira-Santos²

Resumo

Esse estudo objetivou analisar as atitudes da população frente à adoção e identificar variáveis significativamente associadas à concordância e discordância sobre a adoção homoparental. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, exploratória, do tipo survey, com 952 participantes residentes na região nordeste. Os participantes responderam um questionário sociodemográfico e medidas padronizadas sobre adoção, adoção homoparental, posicionamento político, tradicionalismo e homofobia. A análise dos dados apontou as variáveis de tradicionalismo, homofobia, riscos associados a adoção e oposição a adoção homoparental como negativas à adoção. Já as variáveis aceitação a adoção homoparental e os aspectos humanitários da adoção, como positivas a adoção, todas elas estatisticamente significativas. Os resultados apontaram que os grupos analisados se destacam na representação das variáveis já expostas, e que mulheres e pessoas não-heterossexuais se mostram mais abertas a adoção e que existe um perfil para maior oposição a adoção homoparental, formado por pessoas heterossexuais, casadas e com orientação política à direita.

Palavras-chave: Adoção; desenvolvimento humano; parentalidade; preconceito; homofobia.

Abstract

This study aimed to analyze the population's attitudes towards adoption and to identify variables significantly associated with agreement and disagreement about homoparental adoption. A quantitative, exploratory, survey-type research was carried out with 952 participants. Participants answered a sociodemographic questionnaire and standardized measures on adoption, homoparental adoption, political positioning, traditionalism and homophobia. Data analysis pointed out the variables of traditionalism, homophobia, risks associated with adoption and opposition to homoparental adoption as negative for adoption. As for the variables acceptance of homoparental adoption and the humanitarian aspects of adoption, as positive adoption, all of them statistically significant. The results showed that the analyzed groups stand out in the representation of the variables already exposed, and that women and non-heterosexual people are more open to adoption and that there is a profile for greater opposition to homoparental adoption, formed by heterosexual people, married and with political orientation to the right.

Keywords: Adoption; human development; parenting; prejudice; homophobia.

¹ Universidade Federal de Sergipe, Brasil. Psicólogo, Mestre em Sociologia. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1138-302X>. E-mail: barucfontes@gmail.com. Endereço para correspondência: Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão/SE CEP 49100-000

² Universidade Federal de Sergipe, Brasil. Doutor em Psicologia. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1116-6391>. Email: eldercerqueira@gmail.com.

As mudanças nas dinâmicas familiares provocaram uma série de alterações nos modelos vigentes de famílias. Se antes a família patriarcal – com a composição de pai, mãe e filhos e com o foco no poder do homem nesse cenário – era o modelo dominante, as variações presentes no cotidiano mostram que novos arranjos foram se constituindo e lutando por espaço e representação na sociedade (Rosa, Melo, Boris & Santos, 2015). De maneira afirmativa, a adoção adentra esse cenário como uma forma de constituição de família, com menor reconhecimento e status, tendo em vista não existirem laços biológicos na relação parental. No entanto, tornou-se uma realidade mais palpável nos últimos tempos para quem deseja vivenciar a parentalidade, tendo em vista as mudanças legais que ocorreram em vários países no mundo nas últimas décadas (Friedman & Chen, 2022; Rinaldi, 2019; Scandurra, Bachicchio, Valerio & Amodeo, 2018).

O que se coloca de modo consensual é que a adoção é um ato vivenciado desde os primórdios da humanidade, no entanto, a mudança de paradigma desse fenômeno enquanto um direito humano, com legislação própria e avaliações periódicas ganhou contornos específicos no Brasil, como se processa atualmente, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (S. Silva, Silva & Biasus, 2020). Como fenômeno social, a adoção é capaz de suscitar discussões a respeito do preconceito à diversidade da parentalidade.

São notáveis os posicionamentos contrários baseados em representações negativas a respeito da adoção, que apontam para a continuidade moral/intelectual atrelada à composição genética, ou seja, supõe-se que os aspectos referentes ao caráter e identidade de crianças e adolescentes em processo de adoção estão atrelados a sua herança genética. Além disso, surgem ideias a respeito de supostas dificuldades emocionais que podem afetar negativamente a saúde mental de crianças e adolescentes em processo de adoção. (Biasutti, Nascimento, Gato & Bortolozzo, 2022; Veloso, Zamora & Rocha-Coutinho, 2016).

Contrapondo esse cenário é possível pensar em uma cultura de adoção, que tenta desconstruir preconceitos acerca do processo de filiação adotiva, tocando em pontos como os aspectos de saúde, raça, sexo e idade, por exemplo, das crianças e adolescentes disponíveis para adoção e que precisam ser repensados na contemporaneidade (Borges & Scorsolini-Comin, 2020). Essa discussão avançou em alguns cenários, principalmente nas pautas científicas, tanto no campo do direito como da psicologia, mas ainda requer avanços no campo da prática e do fortalecimento das diferentes formas de constituição das famílias.

A adoção é um fenômeno que se faz presente no desenvolvimento humano. Com importante destaque teórico, Bronfenbrenner (1996) propôs o modelo bioecológico do desenvolvimento humano, pautado na bidirecionalidade e na interdependência, conceitos que podem contribuir para análise da adoção. Esse modelo tem como foco o estudo da acomodação entre o ser humano e os contextos dos quais ele faz parte ao longo da vida, assim o modelo Pessoa, Processo, Contexto e Tempo – PPCT - se destaca como instrumento com variáveis capazes de interagir entre si e proporcionar explicações acerca do ambiente ecológico que circunda o desenvolvimento humano. Assim, ao analisar essa perspectiva deve-se levar em consideração que tanto o ambiente imediato (microsistema) quanto ambientes mais distantes (macrossistema) composto pelos padrões culturais, crenças, ideologias, por exemplo, são importantes para delinear o desenvolvimento humano. Partindo dessa afirmação, a parentalidade torna-se um instrumento importante no desenvolvimento humano, que pode oferecer fatores de proteção e de risco, tendo em vista o contexto em evidência (Mondin, 2005; Poletto & Koller, 2008).

Em linhas gerais, a adoção na legislação brasileira se caracteriza como a vinculação entre adotantes e

adotados através dos critérios preconizados pelo ECA (Brasil, 1990). No entanto, não somente de legislações esse processo é construído, sendo necessário implicar questões subjetivas ligadas as motivações que levam ambas as partes ao processo de filiação. Essas motivações podem ser nomeadas de diversas formas, como por exemplo: amor, altruísmo, caridade/solidariedade, dificuldade em gestar um filho biológico, tudo se constitui em um motivo legítimo para a adoção, desde que cada motivo tenha como objetivo final a construção saudável de uma boa relação parento-filial (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016).

Atualmente o Sistema Nacional de Adoção vinculado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, regula o processo de adoção no Brasil e é responsável por oferecer um panorama quantitativo sobre o assunto. Ele aponta que atualmente existem 3.951 crianças e adolescentes disponíveis para adoção enquanto que os pretendentes disponíveis giram em torno de 32.959 (Brasil, 2022). Esse cenário demonstra que há uma discrepância significativa entre crianças e adolescentes cadastrados e pretendentes. Os motivos que sustentam esse cenário podem ser pensados a partir do preconceito contra a adoção. Alguns mitos são sustentados por concepções equivocadas acerca da infância e do desenvolvimento humano, fixando ideias como: crianças menores são mais fáceis de ensinar costumes e modos de vida, ou ainda, meninas são mais delicadas e fáceis de lidar. Assim, a disponibilidade difere da busca dos pretendentes (Biasutti et al., 2022; Veloso et al., 2016).

De modo mais específico o preconceito contra a adoção pode ser explicado a partir da manutenção de estruturas patriarcais, moralistas, cristãs e econômicas presentes na sociedade e que modulam as possibilidades de famílias (Park, Schimitz & Slauson-Blevins, 2020; Ruiu & Gonano, 2020; Rosa et al., 2015). A manutenção de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento se mostra justificada pelas barreiras construídas, principalmente pelos critérios, por vezes rígidos, dos pretendentes ao perfil escolhido, que estão ancorados em sexo, faixa etária, gênero e raça. É comum a busca por uma criança branca, menina e recém-nascida, o que difere da disponibilidade nos serviços de acolhimento. Esse cenário abre possibilidade para discutir a adoção necessária (Borges & Scorsolini-Comin, 2020).

O preconceito contra a diversidade sexual pode ser um mecanismo capaz de agravar a situação do preconceito contra a adoção, pois abala duplamente a ideia de família que permeia o imaginário social, sendo capaz de lançar um olhar para a diversidade afetiva que constitui a adoção e a parentalidade (Freires, Loureto, Rezende & Soares, 2021). Esse duplo preconceito coloca em ameaça a constituição de famílias, se não no campo legal – tendo em vista que nunca houve vedação legal a adoção homossexual (Brasil, 1990) – ao menos no campo moral, esse demarcado pela ampla oposição à lógica de mudança imposta pelas diversas configurações familiares existentes (Scorsolini-Comin et al., 2022; Lira & Moraes, 2016).

Criam-se barreiras que se mostram nas formas de acesso a parentalidade que minorias sexuais lutam para derrubar. Se de um lado há o preconceito contra crianças e adolescentes disponíveis para adoção e todos os estereótipos possíveis, do outro há o preconceito contra minorias sexuais em diversos aspectos da parentalidade (Ruiu & Gonano, 2020). As barreiras às minorias sexuais no acesso a parentalidade se dão, então, através das legislações que excluem, da crença religiosa, do posicionamento político e do tradicionalismo/conservadorismo que se mostram rígidos para entender parentalidades não heteronormativas (Costa & Salinas-Quiroz, 2018).

Assim, países mais conservadores e tradicionais, tanto no campo religioso quanto político, apresentam maiores barreiras à união civil e, portanto, ao reconhecimento das minorias sexuais como pessoas capazes de constituir uma família (Ruiu & Gonano, 2020; Tate & Paterson, 2019). A literatura também aponta que há idade, sexo e perfil de

crianças almejadas no processo de adoção e que esse perfil está intrinsecamente ligado ao preconceito contra a adoção, causando a dualidade em ter pretendentes e crianças e adolescentes, mas ainda assim estar aquém da efetividade da adoção (Brasil, 2022; Borges & Scorsolini-Comin, 2020).

No cenário brasileiro, a discussão sobre as diferentes possibilidades de família demarca as minorias sexuais como foco de diversos estudos (Cerqueira-Santos, 2020; Lira & Morais, 2016). O preconceito contra a diversidade sexual e a adoção por minorias sexuais torna-se um desses focos de discussão, tanto no campo de entendimento desse fenômeno (Freires et al., 2021; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018; J. A. Silva, Souza & Fernandes-Eloi, 2017; Machin, 2016; Cerqueira-Santos & Santana, 2015) quanto no campo das questões legais implicadas (Rinaldi, 2019; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016). Assim, a adoção tem se constituído em um campo profícuo de estudos, capaz de levar a reflexão sobre o modo como famílias compostas por minorias sexuais se constituem a partir desse modelo.

Assim, há dois caminhos que devem ser investigados e que se entrecruzam: 1) o preconceito contra a adoção e aos adotados a partir de um perfil idealizado e inalcançável, por vezes; 2) o preconceito contra a diversidade sexual e a sua capacidade moral de estabelecer relação de cuidado parento-filial através da adoção. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar as atitudes da população frente à adoção, e de maneira mais específica identificar variáveis significativamente associadas à concordância e discordância sobre a adoção homoparental.

MÉTODO

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, com nível de aprofundamento exploratório do tipo survey. A amostra adotada foi por conveniência.

O estudo contou com os critérios de inclusão a participação de pessoas maiores de 18 anos e que residem na região Nordeste do Brasil, sendo essa divisão territorial escolhida como estratégia de delimitação estatística para produção de dados mais robustos e com representatividade aproximada pelos estados dessa região. Foram excluídos os participantes que não se enquadram nesses critérios. A amostra final foi composta por 952 participantes representativos do perfil traçado e definida a partir da população média do Nordeste, grau de confiança e margem de erro.

Foi utilizado um questionário de dados sociodemográficos com a proposta de identificar as seguintes informações: idade, gênero, orientação sexual, escolaridade, renda, raça/cor, status relacional, tempo de relacionamento, composição familiar, religião, posicionamento político, cidade/estado onde reside. Também foram utilizados instrumentos padronizados pertinentes à discussão traçada até aqui e em consonância com o problema estabelecido para essa pesquisa:

(a) Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), utilizada como instrumento para avaliar as atitudes frente à adoção da população em geral, com 34 itens, composta por três fatores, divididos em aspectos comportamentais, cognitivos e afetivos, respectivamente: 1) disponibilidade em adotar que avalia a abertura do indivíduo para a adoção de uma criança, 2) riscos associados à adoção, responsável por avaliar o que as pessoas pensam sobre os riscos associados a adoção e a criança adotada, e 3) aspectos humanitários da adoção, que avalia a relação de afeto e estima no processo de adoção, divididos entre componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, Escala Likert de

7 pontos ($\alpha = 0,70$) (Brasileiro, Fonsêca, Gouveia, Carvalho & Gouveia, 2017).

(b) Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção – Reduzida (EAFHA-R), utilizada como instrumento para avaliar as atitudes frente a adoção homoparental, com 10 itens, composta por dois fatores: oposição a homoparentalidade por adoção e aceitação a homoparentalidade por adoção, tendo como foco a homoparentalidade e suas vivências, Escala Likert de 7 pontos ($\alpha = 0,93$) (Freires, 2015).

(c) Subescala de Tradicionalismo, utilizada como instrumento para avaliar o quão conservadoras são as pessoas, com 12 itens, composta por fator único, Escala Likert de 5 pontos ($\alpha = 0,871$), esta compõe a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) (Villanova, DeSousa, Koller & Costa, 2018).

(d) Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, utilizada para avaliar homofobia, atitudes negativas em relação a homossexualidade ou preconceito contra diversidade sexual, com 7 itens, composta por dois fatores: atitudes distais e atitudes proximais e Escala Likert de 7 pontos, ($\alpha = 0,881$) (Ramos & Cerqueira-Santos, 2021).

A pesquisa foi organizada e submetida à plataforma online QuestionPro, logo em seguida por meios de comunicação não oficiais como WhatsApp, Instagram e Facebook, foram colocados anúncios para o recrutamento dos participantes. Além disso, instituições de ensino superior e ONGs que trabalham com adoção foram contactadas para divulgação da coleta, tendo em vista maior abertura para a pesquisa científica e, no caso das ONGs, para a temática da adoção. Os dados foram coletados entre fevereiro e março de 2021.

O acesso à pesquisa foi liberado a partir da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e concordância com o mesmo. Ao final houve a possibilidade de o participante disponibilizar e-mail para encaminhamento dos resultados da pesquisa. Ainda nisso, também foi disponibilizado o contato eletrônico do pesquisador para quaisquer dúvidas anteriores ou posteriores à realização da pesquisa.

O estudo seguiu o que preconiza a resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa de uma Universidade Pública do Nordeste a partir do parecer consubstanciado 1.023.441.

As análises estatísticas do estudo foram desenvolvidas através do software SPSS, versão 23. Foram realizadas análises descritivas (levantamento de frequências, médias e desvios-padrão). Além disso, foram realizadas análises bivariadas e multivariadas utilizando testes como ANOVA e Teste t, se concentrando na comparação de grupos a partir das medidas presentes no estudo, como disponibilidade em adotar, riscos associados à adoção, aspectos humanitários da adoção, aceitação e oposição à adoção homoparental, tradicionalismo e homofobia.

RESULTADOS

A distribuição de participantes deste estudo aponta que 74,1% ($n = 705$) são mulheres, enquanto 25,0% ($n = 238$) são homens, 0,5% ($n = 5$) não-binários e 0,3% ($n = 3$) outros. Com relação a orientação sexual, 78,9% ($n = 751$) se declaram heterossexuais, enquanto que 21,0% ($n = 201$) declararam-se não-heterossexuais. A maioria da amostra é composta por pardos 48,7% ($n = 464$), seguido de brancos 33,6% ($n = 320$), há ainda pretos 13,6% ($n = 129$), amarelos 2,8% ($n = 27$), indígenas 0,5% ($n = 5$) e outros 0,7% ($n = 7$). A média de idade foi de 30,8 anos ($DP = 9,61$) e escolaridade foi alta (45% concentrada no ensino superior).

Com relação a orientação política, esquerda 53,6% ($n = 510$) e centro-esquerda 16,0% ($n = 152$) são a maioria

da amostra, seguidos por centro 15,9% ($n = 151$), direita 8,9% ($n = 85$) e centro-direita 5,7% ($n = 54$). Quanto à religião, a maioria identifica-se como católica 44,2 % ($n = 421$), seguidos por pessoas sem religião 26,7% ($n = 254$), evangélicos 11,8% ($n = 112$), espíritas 9,0% ($n = 86$), protestantes 3,7% ($n = 35$), religião de matriz africana 2,6% ($n = 25$), outras 1,5% ($n = 14$) e ateus 0,5% ($n = 5$). Moram na zona urbana (89,1%) dos respondentes e 42,3% moram em capitais. Com relação ao status relacional predominou o status de solteiro 54,8% ($n = 522$), seguido das pessoas casadas e/ou que mora com alguém 37,4% ($n = 356$), há ainda separados/divorciados 3,8% ($n = 36$), namorando 2,8% ($n = 27$), viúvo 0,4% ($n = 4$), outro 0,7% ($n = 7$).

Nas análises realizadas foi possível perceber que os testes t e ANOVAS ajudaram a evidenciar o modo como determinadas variáveis se comportaram a partir das medidas propostas (disponibilidade em adotar, riscos associados à adoção, aspectos humanitários da adoção, aceitação e oposição à adoção homoparental, tradicionalismo e homofobia), conforme demonstram as Tabelas 1 e 2.

É necessário destacar que na variável posicionamento político, há diferença significativa entre esquerda e direita, tanto na medida de riscos associados à adoção ($p =$

DISCUSSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo mostra a relevância do fenômeno adoção no cenário brasileiro, levando em consideração o seu processo histórico que é capaz de suscitar crenças amparadas na benevolência e filantropia, bem como nos aspectos de riscos que podem ser associados a esse processo também. No segundo caso, principalmente para participantes não-heterossexuais. De modo complementar a adoção homoparental suscita um perfil muito específico de oposição (participantes heterossexuais, casados) e que vão ao encontro das variáveis de tradicionalismo e homofobia. Fica evidente ao longo do estudo a presença do conservadorismo e preconceito como elementos associados as atitudes frente a adoção e também a aceitação ou não da adoção homoparental.

Apesar dos achados aqui relatados esse estudo também apresenta algumas limitações: 1) a amostra se concentra numa faixa etária muito jovem, com nível de escolaridade alta e com concentração de moradia prioritariamente na zona urbana, 2) a amostra apresenta uma restrição quanto a região de coleta, sendo a região nordeste a escolhida, porém há maior concentração do estado de Sergipe, tendo em vista que os autores são desse estado, no entanto, todos os estados são representados, 3) apesar do número de participantes ($n = 952$) há uma disparidade de gênero na amostra, sendo que mulheres representam 74,1% e homens 25% na amostra. Tais limitações são pontos sensíveis a estudos futuros que possam colocar o foco sobre tais questões, a partir de métodos diferentes do que foi aplicado nesse estudo, bem com outras populações, com perfil sociodemográfico que aqui não tenha sido contemplado.

De outro modo, apesar das limitações, o estudo contribui para o delineamento de um panorama de como a adoção é pensada a partir da região Nordeste, região essa com suas peculiaridades e estereótipos no imaginário social. Ainda nisso, os achados sobre aceitação e oposição a adoção homoparental reforçam a importância de discussão do tema, principalmente quando a oposição é reforçada a partir da identificação das variáveis de

tradicionalismo e homofobia.

- Biasuti, C. M., Nascimento, C. R. R., Gato, J., & Bortolozzo, M. L. (2022). Same-sex parenting in Brazil and Portugal: An integrative review. *Research, Society and Development*, 11(16). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38227>
- Borges, C. A. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. *Psico-USF*, 25(2), pp. 307-320. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250209>
- Brasil (2022). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: Conselho Nacional de justiça, CNJ.
- Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasileiro, T. C., Fonsêca, P. N., Gouveia, R. S. V., Carvalho, T. A., & Gouveia, V. V. (2017). Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação. *Psico*, 48(1), pp. 50-60. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.24280>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), pp. 171-182, <https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015>
- Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In M. L. M. Teodoro, & M. N. Baptista. (Orgs.). *Psicologia de Família: teoria, avaliação e intervenção* (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.
- Cerqueira-Santos, E., Silva, B. B., Rodrigues, H. S., Santos, L., & Araújo, L. F. (2017). Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental. *Subjetividades*, 17(2), pp. 87-100. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i2.5991>
- Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. *Temas em psicologia*, 23(4), pp. 873-885. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-06>
- Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15>
- Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2018): A Comparative Study of Attitudes Toward Same-Gender Parenting and Gay and Lesbian Rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*, 66(13), pp. 1909-1926. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1519303>

- Freires, L. A., Loureto, G. D. L., Rezende, A. T., & Soares, A. K. S. (2021). Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hétero e homossexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(n.spe3), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273>
- Freires, L. A. (2015). Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil.
- Friedman, S. L., & Chen, C. J. (2022). Same-sex Marriage Legalization and the Stigmas of LGBT Co-parenting in Taiwan. *Law & Social Inquiry* pp.1–29. <http://doi.org/10.1017/lsi.2022.32>
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2019). Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 10(2), 59–79. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59>
- Lasio, D., Lampis, J., Spiga, R., & Serri, F. (2020). Lesbian and Gay Individual Parenting Desires in Heteronormative Contexts. *Europe's Journal of Psychology*, 16(2), 210–228 <https://doi.org/10.5964/ejop.v16i2.1808>.
- Lira, A. N., & Moraes, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 16(3), pp. 1051-1067. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt>
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando o seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), pp. 350-359. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350>
- Maux, A. A. B.; Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 10(2), pp. 359-372. Recuperado em 05 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&tlng=pt
- Mondin, E. M. C. (2005). Um olhar ecológico da família sobre o desenvolvimento humano. *Psicologia Argumento*, 23(41), 25-35.
- Paiva, L. D. (2004). Adoção: Significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH.
- Park, N., Schmitz, R. M., & Slauson-Blevins, K. (2020). "It Takes a Lot of Planning": Sexual Minority Young Adult Perceptions of Gay and Lesbian Parenthood. *Journal of Family Issues*. 41(10), pp.1785-1809. <https://doi.org/10.1177/0192513X20925508>
- Poletto, M., Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de psicologia*, 25(3), 405-416. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Ramos, M. M., & Cerqueira-Santos, E. (2021). Escala de Atitudes frente a Homossexualidade (ATHO): construção e produção de evidências de validade. *Revista de Psicologia*, 12(1), pp. 127-140.

<https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.1.2021.10>

- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de psicologia*, 8(1), pp. 25-36. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004>
- Rinaldi, A. A. (2019). Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil? *Sexualidad, Salud y Sociedad*. (33), pp. 273-294. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.13.a>
- Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. (2015). Papéis Parentais em Casais Homoafetivos. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), pp. 210-223. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014>
- Ruiu, G., & Gonano, G. (2020). Religious Barriers to the Diffusion of Same-sex Civil Unions in Italy. *Population Research and Policy Review*.39, pp. 1185–1203. <https://doi.org/10.1007/s11113-020-09613-8>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, C. V. M., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35311). <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35311>
- Santos, J. V. O., Araújo, L. F., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas em psicologia*, 26(1), pp. 139-152. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-06Pt>
- Scandurra, C., Bacchini, D., Esposito, C., Bochicchio, V., Valerio, P., & Amodeo, A. L., (2018). The Influence of Minority Stress, Gender, and Legalization of Civil Unions on Parenting Desire and Intention in Lesbian Women and Gay Men: Implications for Social Policy and Clinical Practice. *Journal of GLBT Family Studies*. 15(1),pp.76-100. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1410460>
- Scorsolini-Comin, F., Morais N. A., & Cerqueira-Santos, E. (2022). Persistent issues for LGBTQ+ families. In N. A. Morais, F. Scorsolini-Comin, & E. Cerqueira-Santos. (2022). *Parenting and Couple Relationships Among LGBTQ+ People in Diverse Contexts*. pp. (1-6). 1. ed. Cham: Springer, 317p.
- Silva, S., Silva, M. L. P., & Biasus, F. (2020). Adoção: uma análise assistemática da literatura científica brasileira. *Perspectiva*, 44(168), pp. 21-33. <https://doi.org/10.31512/persp.v.44.n.168.2020.89.p.21-33>.
- Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias*, 21(2), pp. 60-75. Recuperado em 07 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Tate, D. P., & Patterson, C. J. (2019). Desire for Parenthood in Context of Other Life Aspirations Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Young Adults. *Front. Psychol.*, 10(2679). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679>

- Veloso, L. F., Zamora, M. H. R. N., & Rocha-Coutinho, M. L. (2016). Crianças e adolescentes adotivos: como são vistos pela escola?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(2), 5-20. Recuperado em 09 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200002&lng=pt&tlng=pt
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), pp. 46-60. Recuperado em 09 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt
- Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), pp. 1299-1316. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>

Lista de Anexos

Tabela 1 - Atitudes frente à adoção

Características		Disponibilidade em adotar		Riscos associados à adoção		Aspectos humanitários da adoção	
		M(DP)	t/F	M(DP)	t/F	M(DP)	t/F
Gênero	Feminino	37,47 (4,27)	1,679 ^d	42,16 (5,52)	1,213 ^d	40,59 (5,33)	0,207 ^a
	Masculino	36,92 (4,66)		41,64 (6,28)		40,50 (5,74)	
Orientação sexual	Heterossexual	37,24 (4,40)	0,978 ^d	41,78 (5,83)	2,380 ^c	40,16 (5,52)	4,212 ^a
	Não-heterossexual	37,60 (4,42)		42,90 (5,23)		42,02 (4,81)	
Posicionamento político	Esquerda	37,43 (4,34)	0,660 ^d	42,36 (5,51)	5,669 ^b	40,94 (5,35)	5,608 ^b
	Centro	37,07 (4,48)		41,82 (5,78)		39,79 (5,59)	
	Direita	37,08 (4,48)		40,59 (6,32)		39,54 (5,42)	
Status relacional	Solteiro(a)	37,16 (4,19)	1,003 ^d	42,04 (5,75)	0,266 ^d	40,70 (5,20)	10,84 ^d
	Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a)	37,47 (4,68)		41,94 (5,71)		40,30 (5,73)	

A: <0,001; B: <0,01; C: <0,05; D: Não significativo.

Tabela 2 - Atitudes frente a adoção homoparental e variáveis associadas

Características		Aceitação à adoção		Oposição à adoção		Tradicionalismo		Homofobia	
		M(DP)	t/F	M(DP)	t/F	M(DP)	t/F	M(DP)	t/F
Gênero	Feminino	5,83 (1,11)	0,82 ^d	1,69 (0,99)	0,88 ^d	2,08 (0,86)	3,40 ^b	2,39 (1,41)	1,49 ^d
	Masculino	5,90 (1,12)		1,63 (0,99)		1,87 (0,76)		2,23 (1,36)	
Orientação sexual	Heterossexual	5,71 (1,15)	9,99 ^a	1,81 (1,02)	11,08 ^a	2,17 (0,85)	14,60 ^a	2,61 (1,41)	17,71 ^a
	Não-heterossexual	6,38 (0,71)		1,16 (0,60)		1,47 (0,49)		1,33 (0,68)	
Posicionamento político	Esquerda	6,05 (0,98)	42,06 ^a	1,41 (0,75)	103,55 ^a	1,80 (0,70)	95,60 ^a	1,90 (1,13)	152,70 ^a
	Centro	5,53 (1,14)		2,07 (1,03)		2,40 (0,86)		3,11 (1,37)	
	Direita	5,23 (1,33)		2,50 (1,79)		2,67 (0,92)		3,64 (1,42)	
Status relacional	Solteiro(a)	5,92 (1,08)	2,52 ^c	1,55 (0,88)	3,80 ^a	1,92 (0,80)	4,72 ^a	2,10 (0,05)	6,17 ^a
	Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a)	5,73 (1,14)		1,82 (1,07)		2,19 (0,85)		2,69 (0,07)	

Nota: A: <0,001; B: <0,01; C: <0,05; D: Não significativo.